



Operação Compliance Zero

Fachin garante fim do Inquérito das Fake News

Presidente do STF assegura que Corte dará resposta “firme e rigorosa” para conter a crise aberta pelo confronto entre os ministros Moraes e Mendonça. Uma delas é sepultar uma investigação que tem sete anos e serve de “guarda-chuva” para várias apurações

» ARMANDO HOLANDA
» RENATO SOUZA

Pedro França/CNJ

O ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal, garantiu, ontem, que a Corte dará uma resposta “firme, proporcional e rigorosa” para a crise institucional deflagrada pelo confronto entre os ministros André Mendonça e Alexandre de Moraes. Entre as medidas que pretende levar adiante para restaurar a normalidade no STF está o fim do Inquérito das Fake News, uma vez que, segundo o magistrado, os acontecimentos recentes demonstram o “acerto e a urgência” de concluir a investigação.

Fachin salientou que “não haverá precipitação, mas tampouco omissão” do STF. “Faremos o que é certo, no tempo e pela forma que a ordem jurídica exige. Instituições precisam ser preservadas, sobretudo nos momentos de maior tensão”, destacou.

Segundo o presidente do STF, “nenhuma autoridade está acima da Constituição Federal. Nenhum Poder está acima da lei e nenhum interesse circunstancial pode se sobrepor à integridade do Estado Democrático de Direito. A gravidade dos fatos não autoriza atalhos. Ao contrário, quanto maior o desafio, maior deve ser compromisso com a legalidade, o devido processo e as garantias constitucionais”.

Aberto de ofício em 2019, quando o ministro Dias Toffoli era presidente da Corte, o Inquérito das Fake News tem Moraes como relator. A investigação há tempos recebe duras críticas porque, conforme



Nenhuma autoridade está acima da Constituição Federal. Nenhum Poder está acima da lei e nenhum interesse circunstancial pode se sobrepor à integridade do Estado Democrático de Direito. A gravidade dos fatos não autoriza atalhos. Ao contrário, quanto maior o desafio, maior deve ser compromisso com a legalidade, o devido processo e as garantias constitucionais”

Ministro Edson Fachin,
presidente do STF

avaliação do mundo jurídico, tornou-se um “guarda-chuva” que abriga várias apurações, abertas sempre em que se acirram ataques ao STF. O ministro aposentado Luís Roberto Barroso anunciou, quando esteve à frente da Corte, disse que ia encerrá-lo, mas não o fez. O próprio Fachin afirmou, em março, que o inquérito estava chegando ao fim.

O presidente do STF ainda ressaltou que a crise que envolve Moraes e Mendonça demonstra o “acerto e a urgência” de mais uma das metas da sua gestão: a adoção de um código de ética, cuja relatoria foi entregue à ministra Cármen Lúcia. A avaliação entre integrantes dos Três Poderes é a de que a Corte precisa não apenas responder aos

fatos envolvendo Moraes, mas estabelecer mecanismos capazes de preservar a credibilidade diante dos questionamentos sobre a atuação de seus integrantes.

Gonet investigado

Já o Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF)

abriu, ontem, procedimento para apurar citações ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, em conversas interceptadas pela Polícia Federal (PF) no celular do ex-banqueiro Daniel Vercaro. O conselheiro Francisco Sanseverino será o relator e a diligência foi aberta após petição impetrada pelo Partido Novo. Gonet será ouvido para explicar

as citações relacionadas a ele. No fim, o processo vai ao plenário do Conselho para a decisão sobre o caso, que, na hipótese extrema, pode levar ao afastamento do atual PGR do cargo.

As mensagens em que Gonet aparece estão em um relatório produzido pela PF e enviado ao ministro Mendonça.

Reforma do Judiciário contra a instabilidade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que pretende fazer, no próximo ano, uma discussão profunda sobre a necessidade de uma reforma no Judiciário. O anúncio vem no momento em que o Supremo Tribunal federal (STF) está mergulhado em profunda crise por causa do confronto entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça.

“Tenho certeza de que faremos para o próximo ano uma discussão profunda sobre a reforma do Judiciário para que o povo possa continuar acreditando na Justiça”, disse, em cerimônia no Palácio do Planalto, ao lado do presidente da Corte, Edson Fachin. Lula, porém, voltou a cobrar transparência na apuração dos episódios que colocaram o Supremo sob pressão, todos relacionados ao envolvimento de Moraes e Mendonça com o ex-banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

Sem citar os dois ministros, Lula frisou que “ninguém, em nome da democracia, pode usar o cargo que tem em benefício pessoal”. No evento em que sancionou a criação de fundos para a Justiça Federal, fez uma enfática defesa das instituições. E criticou movimentos que tentam desgastar a

imagem do Judiciário. Disse, ainda, que tem uma preocupação quase que “sobrenatural” para que a sociedade não perca a esperança e a fé nas instituições.

“Todo mundo tem que estar subordinado aos mesmos trâmites da legislação. Afinal de contas, ela vale para todos. E disse ao meu amigo Fachin: a Suprema Corte e a Procuradoria-Geral da República estão com muita expectativa da sociedade brasileira. Porque quando os filhos estão em desordem, é quem manda na casa quem resolve”, frisou Lula.

“Têm algumas pessoas que tentam enfraquecer, desmoralizar (a Justiça), quando, no fundo, qualquer país de democracia forte tem instituições que garantem o funcionamento dela com muita competência”, salientou, em crítica velada aos bolsonaristas, que fazem campanha aberta pelo impeachment de Moraes (**leia na página 3**) e, frequentemente, atacam o STF.

Para o presidente, a pacificação que está nas “costas” de Fachin e do procurador-geral da República, Paulo Gonet — também presente ao evento —, que têm a responsabilidade “de passar o mínimo de tranquilidade sem tentar esconder absolutamente nada”.

“Meu caro: está nas suas

Luiz Silveira/STF



Em plena crise, na quinta-feira ministros Flávio Dino e de Moraes trocaram amenidades. Mendonça olha para longe

costas, e nas costas do Paulo Gonet, a responsabilidade de passar o mínimo de tranquilidade, sem tentar esconder absolutamente nada”, completou.

“Época perigosa”

Lula também avaliou que o Brasil vive uma “época perigosa” e afirmou que “denuncismo, vazamentos e fake news não contribuem com democracia”. Recentemente, parte da investigação na

Polícia Federal contra o filho do presidente, Fábio Luís Lula da Silva — o Lulinha — foi vazada para a imprensa. Mendonça, relator da investigação sobre Lulinha no âmbito das fraudes no INSS, mandou a PF investigar a origem do vazamento dos dados. A determinação atendeu a um pedido da defesa do filho do presidente.

A cobrança de Lula vem um dia depois de defender a “integridade das investigações” relacionadas ao Master. Na quarta-feira,

Mendonça trouxe a público um relatório da PF que aponta diálogos de Moraes com Vercaro e outros personagens da órbita do ex-banqueiro. Na quinta-feira, Moraes reagiu abrindo uma apuração contra Mendonça no Inquérito das Fake News, em que o acusa o também ministro do STF de abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade nos casos do Master e dos descontos ilegais de beneficiários do INSS. (**AH e RS com Agência Estado**)

Limitação de mandato

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) voltou a defender a ideia de que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deixem de ter mandato vitalício, com a expulsão aos 75 anos. Essa bandeira, que havia sido levantada por ele em abril, ressurgiu após os ministros Luiz Inácio Lula da Silva e Alexandre de Moraes protagonizarem a inédita crise no STF.

Ao **Correio**, o deputado disse defender tanto o limite de 10 anos de mandato para os ministros quanto fomentar a equidade de gênero na escolha dos magistrados da Corte. “Mandato de 10 anos e paridade de gênero, 50%-50%”, afirmou. Reginaldo, no entanto, não esclareceu se essa proposta será apresentada por ele na Casa ou se haverá um trabalho para colher assinaturas, de modo a incentivar algum texto já existente na Câmara.

A iniciativa do vice-líder do governo em retomar as discussões sobre delimitação de mandatos no STF ocorre no momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenta se blindar da crise na Corte.

Assessores da campanha e do Palácio do Planalto o advertiram que o conflito pode prejudicar a reeleição e a imagem do governo. Seu principal adversário, Flávio Bolsonaro (PL), acusa Moraes de trabalhar em favor de Lula.